

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

----- **Falta justificada** – O Presidente da Câmara informou que Vereador Pedro Machado não está presente na reunião de Câmara, por motivos pessoais, pelo que a sua falta foi considerada justificada, tendo sido substituído pela Vereadora Elisabete Pereira. -----

-----**DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL E DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ (ACTAS 10 E 11).** -----

----- As actas da reunião extraordinária realizada no dia 25 de Abril e da reunião ordinária realizada no dia 26 de Abril de 2010, depois de lidas foram postas à votação e aprovadas por maioria, com a abstenção da Vereadora Elisabete Pereira, por não ter estado presente nas mesmas.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- IV – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----

----- 4. Danças! – Montemor-o-Velho: apresentação de programação e orçamento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **PROPOSTAS** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

----- **DA VEREADORA PAULA RAMA** -----

----- **Primeira** – Tomou a palavra a Vereadora Paula Rama informando a Câmara Municipal que a sua intervenção se relacionava com os arranjos urbanísticos que estavam a ser levados a cabo na rua da Igreja, na freguesia da Carapinheira, porquanto vários moradores e comerciantes daquela rua e outros carapinheirenses a terem abordado dizendo que tais obras não iam de encontro às suas necessidades e pior que isso iriam ficar prejudicados com as mesmas. -----

----- Em face da insistência em tal situação acabou por aceder deslocar-se ao local com o seu Colega Vereador Dr. Emilio Torrão, onde pode constatar que apesar de o projecto poder ser muito bom é evidente que não se adequa minimamente aquela realidade em concreto pois ao ser implantado padece de muitos defeitos e não se adequa às reais necessidades do local, especialmente a partir da casa do Sr. Fernando Pardal para cima.----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- Assim constata-se desde logo que a quota utilizada não é a mais adequada ao local em questão pois levou a que a rua subisse muito e as casas dos moradores ficassem mais baixas, o que provocou soluções de improviso absolutamente arrepiantes e completamente ilegais á luz da lei das acessibilidades, pelo que não se compreende que a Câmara Municipal exige dos particulares que cumpra a legislação e depois ela própria não o faz. ----

----- Não pode a Câmara Municipal impor determinadas regras aos particulares em geral, que apresentam os seus projectos para serem apreciados e deferidos e depois ela própria não cumpre. Por este motivo, não pode haver duas medidas, ou seja, se a Câmara Municipal exige aos particulares que cumpram a lei das acessibilidades, esta também deveria dar o exemplo e não fazer o que está a fazer na rua da Igreja, na Carapinheira. -----

----- Nesse sentido, convidaria, se o executivo concordar, a visitar essa rua e verificar alguns casos flagrantes, como é o caso do senhor Fernando Pardal, o caso do senhor Cunha, que é nosso pintor que ficou sem acesso à garagem e a sua casa também ficou mais baixa que a estrada. -----

----- Numa das propriedades do senhor Ângelo situada do lado esquerdo existe também uma situação de improviso que certamente o irá prejudicar assim que comece a chover. Em relação à casa da senhora Lucinda a situação é ainda mais complicada, os factos falam por si e qualquer membro do executivo pode ir ao local e constatá-los.-----

----- Considera que esta situação deveria ser revista e repensada no sentido de a alterar. -

----- Uma outra situação prende-se mais com reivindicações por parte dos comerciantes e utentes da igreja e tem a ver com a falta de estacionamento. Esta falta de estacionamento vai causar graves problemas aos comerciantes que já têm de si e face à situação económica que vivemos, têm muitos problemas e a falta de estacionamento irá seguramente provocar uma diminuição considerável de clientes e contribui para que tenham ainda mais problemas.-----

----- Nesse sentido, o Partido Socialista pensa que deveriam manter o estacionamento que se encontrava em frente ao cemitério e que se devia manter igualmente o estacionamento do lado de baixo da igreja. -----

----- Para além disso, o estacionamento naquela rua deveria ser repensado e autorizado ao longo dos passeios, porque de facto verificou que os carros se encontravam estacionados em cima dos passeios e os peões eram obrigados a circular pela estrada. Se esta alteração não for feita, as pessoas vão continuar a estacionar em cima do passeio e não vão respeitar as obras que estão a ser levadas a cabo.-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- Para que esta situação se resolva devem eliminar as caldeiras existentes ao longo da rua, porque caso contrário, não vai ser possível implementar essa solução. -----

----- Quanto à solução da iluminação, constatou e todos os membros do executivo, se entenderem deslocar-se ao local também vão constatar, que existem muitas situações em que os postes de iluminação impedem a passagem das pessoas, principalmente quando circulam com um carrinho de bebé ou uma cadeira de rodas. Esta solução da iluminação não foi a mais adequada e em determinadas situações deve ser repensada e suprimida. -----

----- Em relação aos armários, existe um localizado do lado de baixo da igreja, que se encontra mesmo no centro e por isso deveria ser retirado e colocado num ponto mais estratégico. Nos próprios passeios, existem sítios onde colocaram o poste de iluminação ao lado do armário, o que não permite a circulação de uma pessoa com carrinho de bebé, por exemplo. -----

----- Para além disso foi edificada uma rampa de acesso à igreja, que não sabe se é da responsabilidade da Câmara Municipal ou da Igreja. Caso seja da responsabilidade da Câmara gostaria de saber qual é a solução a adoptar porque a rampa acaba numas escadas no átrio da igreja. De facto construiu-se uma rampa com aquela envergadura e depois constata-se que esta não tem continuidade. -----

----- Referia ainda que sendo a Capela de Santo Cristo uma construção antiga e um monumento histórico da Carapinheira e dada a subida da cota naquela zona, se deveria fazer, no modesto entender do Partido Socialista, uma drenagem da água à sua volta. Se estão em obra, neste momento, ainda é possível fazer alguma coisa, dada a fragilidade da construção e a sua antiguidade. -----

----- Existem também armários colocados junto à capela, o que não faz qualquer sentido, pelo que estes deveriam ser colocadas num outro local. Julga que não se deve colocar um armário junto a um edifício antigo e que está na senda de ser recuperado, ao que foi informada. -----

----- Finalmente, gostaria de saber quem foi o autor do projecto e se está de acordo com aquelas ilegalidades que estão a ser cometidas, face à lei das acessibilidades e com as situações que constatarem em obra, voltando a frisar o exemplo da casa da senhora Lucinda, em que a solução que foi encontrada não faz sentido nenhum. -----

----- Solicitava ao executivo, especialmente ao senhor Presidente da Câmara, que tivesse a hombridade de repensar soluções que foram feitas em obra, que tivesse em atenção as solicitações dos moradores e as exigências que estão a ser feitas, porque pensa que esta obra está a ser feita para os carapinheirenses, para os moradores e para as pessoas que

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

frequentam aquela rua. A solicitação que fazia directamente ao senhor Presidente da Câmara e já que a Câmara Municipal está a gastar dinheiro, a fazer investimento e se se está a preocupar com as pessoas da Carapinheira, que o faça no sentido de ir ao encontro das exigências e das solicitações daquela população.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

### **----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----**

#### **----- 1-DIVISÃO FINANCEIRA -----**

##### **----- SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----**

###### **----- 1 – MONTIC – MONTAGENS INDUSTRIAIS DO CENTRO LDA.-----**

###### **----- – RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS-----**

----- Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico, que a seguir se transcreve:-----

----- “Tendo sido publicada no Diário da Republica de 19 de Fevereiro de 2010, a declaração de insolvência da MONTIC - Montagens Industriais do Centro, Lda., proferida no 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Figueira da Foz, importa que o Município de Montemor-o-Velho apresente a reclamação de créditos ao administrador da Insolvência, Dr. Ademar Margarido de Sampaio R. Leite.-----

----- O Município deverá reclamar o pagamento da quantia de 47.801,00 € (quarenta e sete mil, oitocentos e um euros) acrescida de juros à taxa legal, contados desde 24 de Março de 2006, respeitante a incentivos financeiros, atribuídos aquando do contrato de compra e venda do Lote 30 do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho.”-----

----- Mais foi informado pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro que a reclamação de créditos já foi efectuada, pelo valor de 47.801,00 € (quarenta e sete mil, oitocentos e um euros) acrescida de juros à taxa legal.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

###### **----- 2 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO --**

###### **----- PLANO – 1º. QUADRIMESTRE DE 2010-----**

----- Foi presente um documento contendo a Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano referentes ao 1.º Quadrimestre de 2010 (documento anexo à presente acta sob o número um).-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

##### **----- SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO -----**

###### **----- 1 – AQUISIÇÃO DE 6 PARCELAS EM MONTEMOR-O-VELHO -----**

###### **----- DESTINADAS À OBRA DE REGENERAÇÃO URBANA -----**

###### **----- – PERCURSO PEDONAL ASSISTIDO (ASCENSOR MECÂNICO) ----**

----- Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico, que a seguir se transcreve:-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- “O facto das intervenções, dos projectos e dos programas para o Centro Histórico, serem desenvolvidos e implementados com base na leitura informada da sua estrutura urbana, ainda que introduzindo alterações de uso compatíveis, face às mutações próprias do contexto da contemporaneidade, a recuperação de relacionamentos urbanos, impõem a re-invenção do suporte físico. É neste contexto que surge o Percurso Pedonal Assistido, não como um novo sistema, mas antes como valorização de um sistema existente, onde a novidade das capacidades tecnológicas poderão desempenhar um papel determinante na recuperação do relacionamento Castelo – Vila de Montemor-o-Velho. -----

----- O Percurso Pedonal Assistido pressupõe a viabilização da rede de percursos pedonais da Encosta do Castelo e a recuperação da ligação da Porta do Sol com o centro da Vila, hoje consolidado à cota baixa no eixo formado pelas ruas Dr. José Galvão, António Correia de Andrade e pela Praça da República. Este eixo urbano está ainda devidamente articulado com o interface interior-exterior do Centro Histórico, estruturado no eixo paralelo formado pelas ruas Fernão Mendes Pinto e Tenente Valadim, reforçando a importância desta infra-estrutura também no desempenho da articulação do Castelo com o exterior. -----

----- O Público-alvo desta intervenção é portanto o residente na Encosta do Castelo, que se serve desta rede de percursos pedonais, cujos perfis e pendentes limitam de forma grave a qualidade de uso, mas também do turista ou visitante a quem podemos oferecer um Centro Histórico integrado com um relacionamento inter-dependente dentro e fora das muralhas. -----

----- Fundamentação das opções de traçado, constantes da Memória Descritiva e Justificativa do GEP:-----

----- “1. Articulação com a Porta do Sol.-----

----- A relação proposta do topo das escadas com a porta do Sol permite um acesso com uma diferença de cotas mínima, uma boa articulação com o adro da capela de St<sup>a</sup> António (ruína exterior à muralha), e uma legibilidade óbvia do percurso de acesso ao Castelo. -----

----- 2. Articulação com o Centro da Vila e com o exterior. -----

----- Ligação da base das escadas no primeiro terço da Rua Dr. José Galvão (parte com maior proximidade à Praça da República) aproveitando as travessas existentes tanto para a instalação da escada, na encosta, como para acesso ao estacionamento existente (interface interior-exterior) e ao futuro parque urbano/rio, no lado oposto. -----

----- 3. Articulação com a rede pedonal existente. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- Os dois patamares de transição, que resultam da instalação das três escadas, são coincidentes com os dois percursos de nível que estruturam a rede existente. Os percursos complementares (escada fixa) associados às escadas mecânicas, com excepção do tramo central dado o deficit da rede existente, são garantidos pelas escadas existentes. -----

----- 4. Articulação com a rede viária. -----

----- Na base, o Percurso Pedonal Assistido tem a articulação garantida com a rede viária a partir da Rua Dr. José Galvão (via de circulação interna do Centro Histórico), no topo propomos a extensão do acesso existente (caminho de St.º António) a partir do ponto de estrangulamento de perfil até ao remate das escadas. A modelação existente, com correcções pontuais, permite a recuperação das plataformas existentes, em percurso paralelo ao Caminho de St.º António, para acesso a veículos até ao topo superior das escadas mecânicas. -----

----- Trata-se da extensão de um acesso local sem qualquer impacto de tráfego. Não obstante, trata-se de um acesso que, para além de fundamental para a execução da obra, também corresponde a uma acção de salvaguarda e valorização desta parte da Encosta do Castelo, onde veículos de emergência ou outros serviços urbanos não conseguem chegar. -----

----- 5. Inserção na imagem urbana. -----

----- A divisão em três tramos é fundada na boa articulação com a rede existente, já o desfasamento dos alinhamentos prende-se com o controle que pretendemos ao nível do impacto na imagem de conjunto. Se a partir do Castelo esta estrutura não tem qualquer impacto visual, na leitura a partir do exterior qualquer intervenção na encosta acima da cota 16.0m interfere claramente na imagem urbana – a cota 16.0m corresponde sensivelmente à linha de limite das cumeeiras dos edificios construídos na base da encosta. O alinhamento quebrado, com o percurso encaixado entre muros, propicia uma imagem mais próxima daquela que nos é dada pelos demais percursos transversais existentes, cuja presença depende do posicionamento relativo do observador." -----

----- Face ao exposto, torna-se necessário que se inicie a aquisição/expropriação das parcelas necessárias para a execução do Percurso Pedonal Assistido. -----

----- Tendo em conta as informações GEP sobre o assunto em epígrafe, foram efectuados contactos informais com alguns dos proprietários das parcelas aqui em causa e melhor identificadas na planta que se anexa (Doc. n.º 1). -----

----- Foi igualmente solicitado ao perito Eng.º Júlio do Fundo Granjo que procedesse à elaboração de autos de avaliação para aquelas parcelas. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- Assim, torna-se necessário que o executivo Municipal delibere, desde já, no sentido de iniciar o procedimento expropriativo, uma vez que existe interesse municipal na aquisição daquelas parcelas, para efeitos de instalação naquele espaço do ascensor mecânico. Sendo que, a proposta de Declaração de Utilidade Pública para efeitos de expropriação é da competência da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 14 de Setembro. -----

----- É, também, da competência dos órgãos municipais o planeamento, gestão e realização de investimentos públicos no domínio do património cultural, paisagístico e urbanístico do município, nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 20.º da Lei nº. 159/99, de 14 de Setembro. -----

----- De acordo com o relatório da avaliação, datado de 10 de Abril do corrente, elaborado pelo perito avaliador da lista oficial da Direcção Geral da Administração da Justiça, Engenheiro Júlio do Fundo Granjo, e com as informações obtidas pelos serviços, as parcelas em questão são as seguintes:-----

----- Parcela 1 – Artigo matricial urbano n.º 3399, descrito como “terra de cultura com 150 videiras e 5 árvores de fruto pequenas”, pertença de Maria Antonieta Simões Galvão, com residência na Rua Dr. José Galvão 222, 3140 – 271 Montemor-o-Velho, com uma área total de 770 m2. Desta parcela o Município apenas pretende adquirir 634,36 m2, contudo dada a exiguidade da parcela sobrance, considera-se que esta não ficará valorizada com a obra que motiva a aquisição da parcela, pelo que parece justificar-se a aquisição da totalidade pelo montante global de 10.943,24€ (dez mil, novecentos e quarenta e três euros e vinte e quatro centimos), que corresponde a um valor unitário de 14,21€/m2. -----

----- Parcela 2 – Pertença de Ana Filomena Simões Galvão, com residência na Rua Dr. José Galvão 1, 3140 Montemor-o-Velho, com uma área total de 604,05 m2, da qual o Município pretende adquirir apenas 139,45m2 pelo montante de 1.825,49€ (mil, oitocentos e vinte e cinco euros e quarenta e nove centimos), que corresponde ao valor unitário de 13,09€/m2. -----

----- Parcela 3 – Pertença de Vitoria Pessoa, com uma área total de 478,78m2 da qual o Município apenas pretende adquirir 233,27 m2, contudo após a obra do ascensor mecânico a acessibilidade à parte sobrance não ficará assegurada, pelo menos nas condições semelhantes às pré-existentes, motivo pelo qual deverá a aquisição abranger a totalidade do prédio pelo montante global de 10.135,86€ (dez mil, cento e trinta e cinco euros e oitenta e seis centimos) correspondendo ao somatório dos valores do terreno (8.953,14€) e da edificação (1.182,72€).-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- Parcela 4 – Pertença de Arminda Lourenço Tomé, com residência em Rua 10 de Agosto, 77, 3080-053 Figueira da Foz, com uma área total de 253,48m<sup>2</sup>, da qual o Município pretende adquirir 61,60m<sup>2</sup> pelo montante de 1.946,74 € (mil, novecentos e quarenta e seis euros e setenta e quatro centimos), que corresponde ao valor unitário 31,60€/m<sup>2</sup>. -----

----- Parcela 6 – Artigo matricial rústico 4888, pertença de João Manuel Dinis Pais Mamede, com residência em Avenida Afonso Henriques n.º 183, 3000 – 009 Coimbra, com uma área de 300m<sup>2</sup>, da qual o Município pretende adquirir 36,86m<sup>2</sup> pelo montante de 1.620,33m<sup>2</sup> (mil, seiscentos e vinte euros e trinta e três centimos), que corresponde ao valor unitário de 43,96€/m<sup>2</sup>. -----

----- Parcela 7 – Artigo matricial urbano 1504 descrito na Conservatória do registo Predial sob o n.º 24, pertença de Luís Fernando Lopes Oliveira, com residência em Rua Dr. José Galvão 142, 3140 Montemor-o-Velho, com uma área total de 266,87 m<sup>2</sup>, da qual o Município pretende adquirir 7,24m<sup>2</sup> pelo montante de 471,47 € (quatrocentos e setenta e um euros e quarenta e sete centimos), pelo valor unitário de 65,12€/m<sup>2</sup>. -----

----- As parcelas a adquirir/expropriar de acordo com o único instrumento de gestão territorial válido para o local - Plano Director Municipal de Montemor-o-Velho -----

----- -, inserem-se: -----

----- - As parcelas 1, 2 e 3 encontram-se em Espaço Cultural; -----

----- - A parcela 4 encontra-se em Espaço Cultural (16,78 m<sup>2</sup>) e Espaço Urbano de Montemor-o-Velho (44,82 m<sup>2</sup>); -----

----- - As parcelas 6 e 7 em Espaço Urbano de Montemor-o-Velho. -----

----- Em termos de Planta de Condicionantes nenhuma das parcelas se encontra em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. -----

----- Quanto à sua proximidade a imóveis classificados: -----

----- - A parcela 1 encontra-se inserida na zona de protecção de imóvel classificado do castelo; -----

----- - As parcelas 2 e 3 encontram-se parcialmente inseridas na zona de protecção de imóvel classificado do Castelo; -----

----- - As parcelas 4, 6 e 7 não se encontram inseridas em zona de protecção de imóvel classificado. -----

(Anexam-se Plantas de Ordenamento e Proximidade a Imóveis classificados, sob o Doc. n.º 2). -----



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- A expropriação para a obra de interesse público supra melhor identificada tem enquadramento legal no disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção (Código das Expropriações) -----

----- A resolução de requerer a Declaração de Utilidade Pública deverá ser comunicada aos interessados nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 10.º do Código das Expropriações. -----

----- Nesse sentido, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de requerer a Declaração de Utilidade Pública da expropriação das parcelas supra melhor identificadas. Mais se propõe que, em simultâneo se dê o início ao procedimento de aquisição por via do direito privado, pelo que a notificação que vier a ser feita nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 10.º do Código das Expropriações deverá conter uma proposta para cumprimento daquele desiderato. -----

----- Mais se propõe que da deliberação do executivo municipal se dê conhecimento à Assembleia Municipal." -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que a posição dos Vereadores do Partido Socialista, em relação a este projecto, foi assumida anteriormente, e por isso iriam votar desfavoravelmente, ressalvando sempre que nada têm contra o procedimento em si, uma vez que formalmente este lhes parecia correcto, pelo que esta posição é meramente política. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação Montemor, Sempre, requerer a Declaração de Utilidade Pública, da expropriação das parcelas supra melhor identificadas. -----

----- Mais deliberou comunicar esta deliberação aos proprietários, nos termos do nº 5 do artigo 10º do Código das Expropriações. -----

----- Deliberou ainda proceder à tentativa de aquisição por via do direito privado, pelo que a notificação que vier a ser feita nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 10.º do Código das Expropriações deverá conter uma proposta para cumprimento daquele desiderato. -----

----- Foi ainda deliberado remeter cópia da presente deliberação à Assembleia Municipal, para conhecimento. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL SITO NA RUA DO BALCÃO,** -----

----- **FREGUESIA E CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico, que a seguir se transcreve: -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- "O projecto "Ruas de Cultura" de Montemor-o-Velho, pretende atrair para vila artistas e produtores culturais numa perspectiva de criação de indústrias criativas, envolvendo a autarquia e a iniciativa privada. -----

----- O projecto passa pela disponibilização de espaços, por parte da autarquia, situados entre o castelo e a zona baixa da vila, que poderão ser utilizados por artistas interessados em ali viver e trabalhar. -----

----- Foi já manifestado pelo Atlético Clube Montemorense interesse e disponibilidade para a venda à Câmara Municipal do prédio urbano sito na Rua do Balcão em Montemor-o-Velho, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 878, da mesma freguesia, com a área de 220 metros quadrados, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 02602, prédio este que inclusive já tem servido como cenário da indústria criativa, promovida pelo Centro de Iniciação Teatral Esther de Carvalho, aquando da realização do seu festival anual CITEMOR. -----

----- Para a aquisição do imóvel supra melhor identificado foi apurado o montante global de 77.500€ (setenta e sete mil e quinhentos euros), tendo sido considerado para o efeito a legislação e o quadro urbanístico vigente. -----

----- Assim, tendo em conta este valor e atendendo à localização do imóvel, que permite a ligação entre o Castelo e o Centro Histórico da vila, a Câmara Municipal deverá pronunciar-se para cumprimento da alínea f) do número 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe forma introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no sentido da aquisição ao Atlético Clube Montemorense do imóvel sito na Rua do Balcão, freguesia e concelho de Montemor-o-Velho." -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que gostaria de fazer uma chamada de atenção e julga que a senhora Directora de Departamento Administrativo e Financeiro não vai deixar de ter em atenção, uma vez que é obrigatório: do ponto de vista político, esta situação vai exigir do ponto de vista formal, mas também do ponto de vista político, uma deliberação da Assembleia Geral desta instituição, no sentido de autorizar expressamente esta venda à Câmara Municipal, com a qual os Vereadores do Partido Socialista concordam. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir ao Atlético Clube Montemorense o imóvel sito na Rua do Balcão, freguesia e concelho de Montemor-o-Velho, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 878, da mesma freguesia, com a área de 220 metros quadrados, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 02602,

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

pelo montante global de 77.500€ (setenta e sete mil e quinhentos euros), de acordo com o atrás exposto.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

### **-----SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----**

#### **-----TESOURARIA-----**

##### **----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 07 de Maio do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 465.055,94 € (quatrocentos e sessenta e cinco mil e cinquenta e cinco euros e noventa e quatro cêntimos) e em Operações de Tesouraria de 307.550,06€ (trezentos e sete mil quinhentos e cinquenta euros e seis cêntimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

##### **-----2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS-----**

#### **-----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-----**

#### **-----SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS-----**

#### **-----SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----**

##### **----- 2 - SIADAP - NOVOS PROCEDIMENTOS E APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO-----**

----- A Directora de Departamento Administrativo e Financeiro deu conhecimento de que no seguimento do trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito do SIADAP pela entidade externa contratada, apresenta ao executivo uma nova versão do Regulamento do Conselho de Coordenação da Avaliação (CCA), para apreciação e aprovação.-----

----- Mais disse que o Executivo Municipal em reunião de 18/01/2010 aprovou a constituição de uma Secção Autónoma do CCA (Conselho de Coordenação da Avaliação), especificamente destinada à avaliação do pessoal não docente, matéria agora integrada no presente Regulamento, pelo que propunha a revogação desta deliberação, bem como do regulamento anteriormente aprovado.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade revogar a deliberação de 18 de Janeiro de 2010, de acordo com o atrás exposto.-----

----- Mais deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento do Conselho de Coordenação da Avaliação (CCA), que consta como documento anexo à presente acta sob o número dois.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

##### **-----II - DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO-----**

##### **----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65.º E 69.º DA-----**

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre o dia 12 e o dia 23 de Abril do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número três).--

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2 – PEDIDO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE** -----

----- **URBANIZAÇÃO, REQUERIDO POR FOZNETO**-----

----- **– CONSTRUÇÕES, LDA. E OUTRA**-----

----- **– VALE DO LOURO – MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de um requerimento no qual é solicitado a recepção provisória das obras de urbanização tituladas pelo aditamento ao alvará de loteamento nº 01/2006, (e alteração ao alvará de loteamento nº 04/1990), emitido em 12 de Outubro de 2009, bem como a redução da caução. -----

----- Acompanhava o processo a informação DOT nº 78/2010, na qual é referenciado que os peritos, na sequência da vistoria efectuada através do Auto de Vistoria nº 15/2010, se pronunciaram no sentido favorável à redução da caução das referidas obras, no valor de 27.555,82€, e ainda à recepção provisória das obras de urbanização. -----

----- Concluem, no sentido do pedido ser presente em reunião de Câmara tendo em vista a redução da caução e a recepção das referidas obras, nos termos propostos, conforme previsto no artigo 87º do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 177/2001 de 4 de Junho.” -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista votavam favoravelmente, de acordo com o parecer técnico.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a recepção provisória das obras urbanização referentes ao processo de loteamento com o alvará nº 01/2006, nos termos propostos, bem como aprovar a redução da caução para 20.472,01€. ---

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **3 – PEDIDO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE** -----

----- **URBANIZAÇÃO, REQUERIDO POR JOAQUIM MANUEL ARGEL** ---

----- **MARQUES – ESCADINHAS – MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de um requerimento no qual é solicitado a recepção provisória das obras de urbanização tituladas pelo aditamento ao

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

alvará de loteamento nº 01/1992, emitido em 16 de Agosto 2004, bem como a redução da caução. -----

----- Acompanha o processo a informação DOT nº 77/2010 na qual é referenciado que os peritos, na sequência da vistoria efectuada através do Auto de Vistoria nº 22/2010, se pronunciaram no sentido favorável à redução da caução das referidas obras, no valor de 12.003,42€, e ainda à recepção provisória das obras de urbanização. -----

----- Concluem, no sentido do pedido ser presente em reunião de Câmara tendo em vista a redução da caução e a recepção das referidas obras, nos termos propostos, conforme previsto no artigo 50º do Dec-Lei 448/91, de 29 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 334/95, de 28 de Dezembro e Lei nº 26/96, de 1 de Agosto, e ratificado pela Lei nº 26/96, de 1 de Agosto." -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista votavam favoravelmente, de acordo com o parecer técnico. -----

----- Disse ainda que já o fizeram na Assembleia Municipal, e que não é de menosprezar a questão da limpeza e quando fazem a recepção provisória das obras devem exigir a limpeza circundante das mesmas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a recepção provisória das obras urbanização referentes ao processo de loteamento com o alvará nº 01/1992, nos termos propostos, bem como aprovar a redução da caução para 1.333,71€. ----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL** -----

----- **2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL** -----

----- **SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE** -----

----- **III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS** -----

----- **1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS** -----

----- **1 – PROJECTO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA DE** -----

----- **MONTEMOR-O-VELHO: ASCENSOR MECÂNICO** -----

----- **– PERCURSO PEDONAL ASSISTIDO** -----

----- **ABERTURA DE PROCEDIMENTO – ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, dizendo que o concurso público para levar a efeito a empreitada em epigrafe ficou deserto, por terem sido excluídas todas as propostas conforme consta do relatório final, presente na última reunião do Executivo Municipal realizada em 26/03/2010. -----

----- Assim sendo, foi preparado um novo processo, pretendendo a Câmara Municipal levar a efeito a construção de um ascensor mecânico, que irá fazer a ligação entre o

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

Centro Histórico da Vila e o Castelo, valorizando os percursos urbanos pedestres da encosta e a recuperação da ligação da Porta do Sol, com o centro da Vila de uma forma cómoda e segura. A construção deste percurso visa reverter o processo de abandono e envelhecimento da zona antiga, apoiando a mobilidade da população residente, incentivar o acesso dos visitantes ao Castelo através de um percurso interno e promover a valorização da Vila. -----

----- Acresce referir que esta empreitada faz parte de uma candidatura ao MaisCentro – Regeneração Urbana de Montemor-o-Velho.-----

----- Os Serviços informaram ainda que o preço base destes trabalhos é de 1.400.000,00 € e o prazo de execução de 18 meses.-----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que a posição dos Vereadores do Partido Socialista sobre este projecto está assumido, é uma posição política e mais uma vez reafirmam que nada têm contra ao procedimento, mas votam desfavoravelmente.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre, o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Projecto, Programa do Procedimento e Caderno de Encargos e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso público nos termos da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Dois – Nomear o júri, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP):-----

----- - Isabel de Jesus Mauricio Quinteiro, Eng.<sup>a</sup>, Vereadora – Presidente-----

----- - Paula Cristina Nunes de Aguiar, Eng.<sup>a</sup> – Vogal-----

----- - Luís Miguel Lopes da Costa, Téc. – Vogal-----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por:-----

----- - Célia Maria Gariso de Oliveira, Dra. -----

----- - Bruno Graça, Eng.º – Vogal -----

----- Três – Delegar no júri do concurso a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **2 – EIXO VIÁRIO DO SISTEMA URBANO DO VALE** -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- - LARGO DA FEIRA (ALHAstro) -----

----- RELATÓRIO FINAL -----

----- Na sequência da audiência prévia efectuada aos concorrentes, o júri do concurso mencionado em epígrafe elaborou o relatório final nos termos do artigo 148º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quatro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Aprovar o relatório final e adjudicar a empreitada em epígrafe ao concorrente Construções Alberto Vasco, S.A. pelo montante de 750.570,78 € (setecentos e cinquenta mil quinhentos e setenta euros e setenta e oito cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de 270 dias. -----

----- Dois - Que a empresa apresente a caução e os documentos de habilitação constantes do artigo 81º do CCP - (Código dos Contratos Públicos), no prazo de 10 dias, sob pena de caducidade da adjudicação. -----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **3 - AMPLIAÇÃO DE REDE BT/IP NA FREGUESIA DO SEIXO** -----

----- A fim de levar a efeito os trabalhos de ampliação da rede de BT/IP na Rua Quinta da Moreira e Rua António de Jesus César na Freguesia do Seixo, foi presente orçamento da EDP, S.A. no montante de 1.471,51 € (mil quatrocentos e setenta e um euros e cinquenta e um cêntimos) - acrescido de IVA à taxa legal, e foi calculado nos termos do Contrato de Concessão assinado com esta Autarquia. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente seu pagamento no valor de 1.471,51 € (mil quatrocentos e setenta e um euros e cinquenta e um cêntimos) - acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **4 - AMPLIAÇÃO DE REDE BT/IP NA FREGUESIA DE GATÕES**-----

----- A fim de levar a efeito os trabalhos de ampliação da rede de BT/IP na Travessa do Vale Grande e Rua de S. Jorge na Freguesia de Gatões, foi presente orçamento da EDP, S.A. no montante de 775,24 € (setecentos e setenta e cinco euros e vinte e quatro cêntimos) - acrescido de IVA à taxa legal, e foi calculado nos termos do Contrato de Concessão assinado com esta Autarquia. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente seu pagamento no valor de 775,24 € (setecentos e setenta e cinco euros e vinte e quatro cêntimos) - acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

### ----- 5 – AMPLIAÇÃO DE REDE DE BT/IP NA FREGUESIA DE ----- ----- SANTO VARÃO -----

----- A fim de levar a efeito os trabalhos de ampliação da rede de BT/IP na estrada traseira da Fábrica da Resina até à serventia da Sra. Maria Alice Ribeiro Pescante, na Freguesia de Santo Varão, foi presente orçamento da EDP, S.A. no montante de 2.096,01 € (dois mil e noventa e seis euros e sessenta e um cêntimo) – acrescido de IVA à taxa legal, e foi calculado nos termos do Contrato de Concessão assinado com esta Autarquia. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente seu pagamento no valor de 2.096,01 € (dois mil e noventa e seis euros e sessenta e um cêntimo) – acrescido de IVA à taxa legal.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

### ----- 6 – AMPLIAÇÃO DE REDE DE BT/IP NA FREGUESIA DE LICEIA -----

----- A fim de levar a efeito os trabalhos de ampliação da rede de BT/IP na Rua da Imaculada Conceição em Vale Mau e da Rua da Magalhoa na Cabeça Grande a S. Jorge na Freguesia de Liceia, foi presente orçamento da EDP, S.A. no montante de 4.629,88 € (quatro mil seiscentos e vinte e nove euros e oitenta e oito cêntimos) – acrescido de IVA à taxa legal, e foi calculado nos termos do Contrato de Concessão assinado com esta Autarquia. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente seu pagamento no valor de 4.629,88 € (quatro mil seiscentos e vinte e nove euros e oitenta e oito cêntimos) – acrescido de IVA à taxa legal. ----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

### ----- 7 – CENTRO EDUCATIVO DE MONTEMOR-O-VELHO-----

#### ----- – CONSTRUÇÃO -----

#### ----- CONTA FINAL DA OBRA -----

----- Foi presente uma informação da fiscalização relativamente à situação final da empreitada em epígrafe, referindo que a obra se encontrava concluída, documento anexo à presente acta sob o número cinco.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

### ----- 8 – PROCESSO DE LOTEAMENTO Nº 8/2000 -----

#### ----- DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE – EXECUÇÃO DAS OBRAS DE -

#### ----- URBANIZAÇÃO PELA CÂMARA -----

----- Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico (documento anexo à presente acta sob o número seis) sobre a execução de obras de urbanização pela Câmara



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

Municipal no que respeita ao processo de loteamento nº 8/2000 em nome de Manuel Costa Faria, tendo presente que em face da não conclusão das obras de urbanização por parte do promotor do loteamento, foi declarada a caducidade do loteamento em 16 de Fevereiro de 2009.-----

----- É referido ainda que, a Câmara Municipal deverá proceder à execução das obras de urbanização em falta em conformidade com o projecto aprovado e que sejam autonomamente exequíveis. -----

----- Mais informa que das reuniões havidas com os Técnicos da Câmara Municipal, foi por estes mencionado, que é impossível executar a totalidade das obras de urbanização em conformidade com o projecto aprovado, uma vez que a sua execução se encontra dependente da construção dos projectos de arquitectura dos blocos habitacionais. -----

----- A pedido do senhor Presidente da Câmara, usou da palavra a Jurista Andreia Lopes, que prestou os esclarecimentos necessários. -----

----- Usou da Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista apenas hoje ficaram a saber onde está localizado este loteamento e, portanto, apesar de o conhecerem minimamente, não se poderão pronunciar em profundidade, como seria do seu agrado. Reclamou mais uma vez a falta de informação e questionou se a caução é suficiente para fazer as obras que são necessárias. -----

----- Disse ainda que gostaria de perceber se já foram emitidas licenças de utilização para os moradores que já adquiriram as suas habitações e tentar perceber como é que esta situação é possível sem efectivamente se ter feito a recepção provisória. -----

----- Chamava particularmente a atenção dado que esta situação não é boa para o executivo. Não é culpa do executivo que esta situação acontece, mas é preciso perceber que, de uma vez por todas, se tem que ter atenção. -----

----- Esta situação é muito delicada, do ponto de vista jurídico. Reconhecia que a Jurista Andreia Lopes se esforçou, é um parecer simples, mas denota que houve um grande trabalho a montante, porque não é fácil dar uma solução a este caso. -----

----- Continua com dúvidas e pensa que a Jurista Andreia Lopes também continuará com dúvidas em relação à exequibilidade desta situação. -----

----- Por outro lado é preciso também que a Câmara de uma vez por todas, faça com que estes promotores imobiliários, que sistematicamente não cumprem as "regras do jogo" saiam "fora de jogo". É preciso ter a coragem e sabedoria que tal situação tem problemas do ponto de vista político, para quem profere estas expressões que ali está a proferir, mas não

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

tem medo e é frontal naquilo que diz: estas pessoas têm que sair “fora de jogo” de uma vez por todas.-----

----- Está com alguma apreensão e sabe que esta é, do ponto de vista jurídico, a melhor solução para as pessoas que já adquiriram as suas habitações, o sonho de uma vida, e portanto os Vereadores do Partido Socialista vão viabilizar este assunto, não deixando de manifestar as suas interrogações, uma vez que estão a laborar numa situação quase de imprevisto.-----

----- Esta é a situação possível, é preferível que se evite que estas situações venham a acontecer.-----

----- Usou da palavra o Director de Departamento de Investimentos Municipais dizendo que a Câmara não tem culpa da lei permitir que se autorizem construções e que se dêem licenças de habitabilidade nestas situações.-----

----- Aliás, ele próprio é contra esta situação e considera que a lei deveria impor que só quando a urbanização estivesse toda concluída é que se poderia licenciar construções. Só que a lei permite que o construtor vá construindo e vá vendendo. A Câmara não tem culpa nenhuma do que se passa nesta situação.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que subscrevia por inteiro o que foi dito pelo senhor Director de Departamento de Investimentos Municipais, dizendo ainda que quando se emite uma licença de utilização e quando se verifica que existem obras de urbanização que servem e que são imprescindíveis e inadiáveis em face da utilização do espaço do loteamento, não poderiam permitir que tal situação se verifique e a lei não dá cobertura.-----

----- Agora a verdade é que podem exigir que as coisas sejam feitas. O que está ali em causa são duas coisas distintas: existem obras que só podem ser feitas depois dos edifícios, mas existem outras que ali estão incluídas e aqui não podiam escamotear nem esconder, podem ser feitas e deviam ser feitas, e esta Câmara ou qualquer Câmara Municipal as deve exigir. - -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- 1 – Que a Câmara Municipal execute as obras de urbanização em conformidade com o projecto aprovado, mas somente aquelas que sejam autónomas e independentes da execução dos edifícios habitacionais.-----

----- 2 – As restantes obras ficam a cargo do promotor, que as deverá realizar após a reabilitação oficiosa do alvará.-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- 3 – Que após a realização das obras de urbanização, se proceda à reabilitação oficiosa do Alvará de Loteamento, dando-se conhecimento deste facto ao Conservador do Registo Predial. -----

----- Esta deliberação foi aprovada e minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **-----2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS-----**

#### **----- 1 – REDE DE ESGOTOS DA PORTELA (ZONAS LIMÍTROFES) -----**

##### **----- – FASE B (ETAR) -----**

##### **----- - AQUISIÇÃO DE TERRENO-----**

----- Foi presente uma informação dos serviços referindo que no seguimento da adjudicação da empreitada em epígrafe foram efectuadas negociações com o proprietário Fernando Manuel Ângelo Leitão, com vista à aquisição de uma parcela de terreno sito no lugar do Escoural – Freguesia de Tentúgal, para implantação da ETAR. -----

----- O Sr. Fernando Manuel Ângelo Leitão, propõe-se vender uma parcela de terreno com 1.500,00m<sup>2</sup>, a destacar do artigo rústico n.º 3733, da Freguesia de Tentúgal, pelo valor de 2.625,00€ (dois mil seiscientos e vinte cinco euros), documento anexo à presente acta sob o número sete. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e, deliberou por unanimidade adquirir uma parcela de terreno ao Sr. Fernando Manuel Ângelo Leitão, com a área de total de 1.500,00 m<sup>2</sup>, a destacar do artigo n.º 3733 sito no lugar do Escoural, Freguesia de Tentúgal, pelo preço de 2.625,00€ (dois mil seiscientos e vinte cinco euros), incluindo benfeitorias existentes. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

#### **----- 2 – MANUTENÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ABASTECIMENTO DE ---**

##### **----- ÁGUA – SISTEMA DE ABRUNHEIRA (RESERVATÓRIO R2)-----**

##### **----- ABERTURA DE PROCEDIMENTO – ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO**

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que, atendendo ao elevado estado de degradação do Reservatório R2 do sistema de abastecimento de água da Abrunheira, torna-se imperioso proceder à sua reparação, sob o risco de poderem eventualmente ocorrerem situações imprevisíveis em matéria de abastecimento. -----

----- Os Serviços informaram ainda que o preço base destes trabalhos é de 80.000,00 € com um prazo de execução de 120 dias, pelo que deverão ser aprovadas as peças do procedimento para abertura de concurso. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Projecto, Programa do Procedimento e Caderno de Encargos e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso público nos termos da alínea b)

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Dois – Nomear o júri, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP):-----

----- -Adelino Caridade Miranda, Eng.º – Presidente-----

----- -Carlos Alberto Abrantes Borges, Eng.º Civil – Vogal -----

----- - Catarina Maria Oliveira e Costa, Eng.ª – Vogal -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por:-----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira, Dra. – Vogal -----

----- Ana Raquel Correia e Silva Rodrigues da Fonseca, Eng.ª – Vogal-----

----- Três – Delegar no júri do concurso a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **----- IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----**

#### **----- 1 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS – ANO LECTIVO 2009/2010 -----**

#### **----- – REFORÇO EXCEPCIONAL DE VERBAS A ATRIBUIR -----**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que os auxílios económicos constituem uma modalidade de apoio sócio-educativo destinados aos alunos do 1.º CEB inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de compartição para fazer face às despesas escolares do aluno, relacionadas com o prosseguimento da escolaridade e no sentido de promover a igualdade de oportunidades e sucesso escolar.-----

----- Em reunião de Câmara de 17/12/2009, foi deliberada a atribuição dos auxílios económicos a atribuir aos alunos inseridos no escalão A e escalão B, associados às captações efectuadas pela Segurança Social para efeitos de atribuição de abono de família.-----

----- Os montantes envolvidos ascenderam a um total de 9.975,00€, distribuídos da seguinte forma: 5.355,00€ para alunos do Escalão A e 4.620,00€ para alunos do escalão B. ----

----- Assim e tendo em consideração a actual conjuntura económica propõe-se reforçar os valores já atribuídos para o presente ano lectivo (45,00€ para o Escalão A e 30,00€ para o Escalão B), em mais 20€/aluno, obviando, assim, os encargos com a educação dos agregados familiares carenciados do Concelho, o que irá implicar um reforço financeiro que se traduzirá em 5.460,00€, distribuídos da seguinte forma:-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- Escalão A (119 alunos) – 2.380,00€; -----

----- Escalão B (154 alunos) – 3.080,00€. -----

----- Quanto ao montante a atribuir aos alunos de etnia cigana, a frequentar a E.B.1 dos Pelichos, propõe que seja a Câmara Municipal a responsável pela aquisição de material escolar de acordo com a listagem elaborada pelo corpo docente do estabelecimento escolar em causa, que posteriormente o fará chegar aos respectivos beneficiários. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente este assunto. Elogiam esta medida, mesmo sabendo que a Câmara Municipal atravessa algumas dificuldades financeiras, são total e incondicionalmente favoráveis a esta medida de discriminação positiva. É discriminação, mas é positiva, e por isso mesmo, são medidas como esta que lhes dá gosto atestar e apreciar. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar um reforço financeiro para os Auxílios Económicos referente aos anos lectivos 2009/2010, no valor de 5.460,00€ (cinco mil quatrocentos e sessenta euros), de acordo com o atrás mencionado. ----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO NA**  
----- **CANDIDATURA “FOMENTO DE LA INOVACIÓN PARA EL** -----  
----- **INCREMENTO DE LA COMPETITIVIDAD Y EL DESARROLLO** -----  
----- **TERRITORIAL A TRAVÉS DE LA CREATIVIDAD” (SPICER) AO** -----  
----- **PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA** -----  
----- **INTERREG IV-B PROGRAMA OPERACIONAL SUDOESTE EUROPEU**  
----- **– RATIFICAÇÃO** -----

----- O Presidente da Câmara na sequência da chamada para a apresentação de candidaturas ao INTERREG IV-B e do convite endereçado a esta Autarquia no sentido de integrar a Candidatura SPICER, deu conhecimento das seguintes questões técnicas relacionadas com a candidatura que se pretende levar a efeito:-----

----- **Nome do projecto:**-----

----- - ‘Fomento de la innovación para el incremento de la competitividad y el desarrollo territorial a través de la creatividad’ -----

----- **Acrónimo** -----

----- SPICER-----

----- **Parceiro Líder** -----

----- CTIC Sociedad de la Información (Espanha) -----

----- **Parceiros** -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- Fundación Ctic-Si (Espanha) -----

----- Ceei Principado de Asturias (Espanha)-----

----- Ceei Bahía de Cádiz (Espanha)-----

----- Cci Gers Chambre de Commerce et D'industrie du Gers (França) -----

----- Associação da Incubadora do Beira Atlântico (Bic Beira Atlântico) (Portugal) -----

----- **Financiamento** – Taxa de 75% -----

----- **Comparticipação da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho** – 21.662,11 € anuais

----- **Descrição** -----

----- O projecto tem como objectivo geral aumentar a participação em projectos e iniciativas inovadoras por parte das PME's das quatro regiões objectivo através da incorporação de processos criativos na actividade empresarial e a melhoria das capacidades criativas nos seus recursos humanos: Especificamente, estabelecem-se os seguintes objectivos intermédios: (1) Consciencialização sobre a importância da cultura da criatividade nos sectores agro-alimentares e turismo tendo em vista o desenvolvimento empresarial e territorial; (2) Criação de modelos metodológicos que possam ser utilizados como instrumentos validos para a gestão da criatividade nas PME's do sector turismo e agro-alimentar; (3) Criação de uma rede de cooperação e assistência para o fomento da criatividade através da generalização de espaços adaptados para levar a cabo actividades de demonstração, capacitação, experimentação e intercambio no âmbito da criatividade. -----

----- **Duração** – 3 anos (36 meses) -----

----- Mais disse que como já é do conhecimento público o projecto desta Autarquia – Ruas de Cultura – visa a criação de um 'cluster' de indústrias culturais e criativas em Montemor-o-Velho com elevada qualidade artistica e desenvolvimento tecnológico, envolvendo as populações, promovendo a requalificação e animação da zona histórica e contribuindo para a atracção de públicos, consumidores e turistas. Dentre as indústrias culturais e criativas, o sector dos média e do audiovisual constitui-se como uma área das estratégias para o Ruas de Cultura. -----

----- Neste momento o projecto em apreço encontra-se numa fase determinante para a sua materialização, que passa pela procura das parcerias estratégicas e das fontes de financiamento. Neste sentido, são exemplos deste trabalho a parceria estabelecida com o Departamento de Engenharia Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, com o CEARTE, com Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, com a Universidade de Aveiro, e, no âmbito das candidaturas ao Eixo 2 (RUCI) do

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

QREN (2007 – 2013), o estabelecimento da Rede Nacional de Economias Criativas, com os municípios de Óbidos, de Guimarães, de Portalegre e de Montemor-o-Novo. -----

----- Neste sentido, dada a natureza do programa de financiamento em questão – INTERREG – bem como da área que esta rede/candidatura pretende trabalhar, a adesão do Município de Montemor-o-Velho representa mais um “passo” na dinâmica que se pretende implementar tendo em vista a materialização do Ruas de Cultura. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar a adesão ao projecto ‘Fomento de la inovación para el incremento de la competitividad y el desarrollo territorial a través de la creatividad’ (SPICER) ao Programa de Cooperação Territorial Europeia INTERREG IV – B Programa Operacional Sudoeste Europeu. -----

### **----- 3 – PROJECTO “DIA MUNDIAL DA CRIANÇA” -----**

----- O Vereador do Pelouro, face a uma informação dos Serviços da DECASF, informou que, a autarquia tem vindo ao longo destes últimos anos a privilegiar as Comemorações do Dia Mundial da Criança e no sentido de dar continuidade às mesmas propunha ao executivo a aprovação da dinamização de actividades de carácter lúdico-pedagógico/desportivas e culturais no dia 1 de Junho de 2010: -----

----- Neste projecto prevê-se a participação de cerca de 1600 (mil e seiscentas) crianças do pré-escolar (público e privado) e das EB1 do Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- A Autarquia irá, nesse dia, proporcionar o acesso a todos as crianças do Concelho vivências diversificadas e experiências de aprendizagem enriquecedoras, fora do seu habitual contexto educativo, para além de, promover um espaço de convívio e interacção social entre os participantes nesta iniciativa contribuindo para a sua formação cívica e pessoal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Projecto “Dia Mundial da Criança”, de acordo com o documento anexo à presente acta sob o número oito. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

### **----- 4 – DANÇAS! – MONTEMOR-O-VELHO: -----**

#### **----- APRESENTAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO -----**

----- O Presidente da Câmara na sequência da receptividade tida com as Comemorações do dia Mundial da Dança 2009 – ‘Danças no Património’ – apresenta ao executivo uma proposta de programação e orçamento para o ano em curso que terá a designação de ‘Danças Montemor-o-Velho’ e será levada a cabo em estreita parceria com os agentes do sector. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- Assim propõe a seguinte programação: -----

----- **15 de Maio | 15h00/ 16h30 | Centro Beira Mondego**-----

----- Workshop de Ritmos Latinos e Africanos e de Cha Cha Cha, por Afriklave Escola de Dança -----

----- **22 de Maio | 20h00/ 22h00 | Grupo Cénico e Amador da Portela**-----

----- Workshop de Ritmos Brasileiros, Orientais, Merengue e Salsa, por Los Rumberos Academia de Dança -----

----- **29 de Maio | 15h00/ 16h30 | Mercado Municipal de Montemor-o-Velho** -----

----- Workshop de HipHop e de Ragga, por Moonlight Grupo de Dança -----

----- **Espectáculo DANÇAS**-----

----- 29 de Maio | 21h00 -----

----- **Local:** -----

----- Teatro Esther de Carvalho -----

----- **Participantes:** -----

----- Afriklave Escola de Dança -----

----- As Traquinas Grupo de Dança do Centro Social e Cultural da Bunhosa -----

----- Grupo de Dança da Associação Cultural Desportiva Recreativa e Social de Quinhendros -----

----- Los Rumberos Academia de Dança -----

----- Moonlight Grupo de Dança -----

----- **Organização:**-----

----- Câmara Municipal de Montemor-o-Velho -----

----- Centro de Iniciação Teatral Esther de Carvalho ou Associação Filarmónica União Verridense -----

----- Afriklave Escola de Dança -----

----- As Traquinas Grupo de Dança do Centro Social e Cultural da Bunhosa -----

----- Grupo de Dança da Associação Cultural Desportiva Recreativa e Social de Quinhendros -----

----- Los Rumberos Academia de Dança -----

----- Moonlight Grupo de Dança -----

----- Centro Beira Mondego -----

----- Grupo Cénico e Amador da Portela -----

----- Liga dos Amigos de Santo Varão -----



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- Ao nível financeiro propõe a autorização de despesa para produção de materiais de divulgação da programação a realizar-se no Concelho de Montemor-o-Velho, até ao montante de 500 € e aluguer de equipamento de som (se necessário). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a programação e orçamento para esta iniciativa, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

### **----- V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----**

#### **----- 1 – XIII CONCENTRAÇÃO MOTARD – 2 A 4 DE JULHO DE 2010 ----**

##### **----- – GRUPO MOTARD DA GÂNDARA TOJEIRO – ARAZEDE-----**

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 500,00€ (quinhentos euros) ao Grupo Motard da Gândara, Tojeiro, freguesia de Arazede, para fazer face a despesas com a realização da XIIIª Concentração MOTARD, a realizar de 2 a 4 de Julho de 2010. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

#### **----- 2 – CASA DO POVO DA ABRUNHEIRA -----**

##### **----- – CAMPEONATO DE PORTUGAL DE BOCCIA SÉNIOR -----**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que a Casa do Povo da Abrunheira, em colaboração com a Associação de Paralisia Cerebral, vai realizar a Fase Final do Campeonato Nacional de Boccia Sénior – Equipas, em Montemor-o-Velho, no dia 19 de Maio de 2010. O evento conta com cerca de 200 participantes. Salienta-se o facto de esta Associação realizar uma actividade regular classificada e com bastante qualidade junto da população a que este evento se dirige (3.ª Idade).-----

----- Assim propôs a atribuição de um subsídio no valor de 500€ (quinhentos euros) à Casa do Povo da Abrunheira, para fazer face a despesas com a alimentação e troféus. -----

----- Mais propôs a cedência do Pavilhão Municipal entre as 8 horas e 30 minutos e as 19 horas, de 9 mesas pequenas para os campos, 3 mesas grandes para o secretariado, 90 cadeiras e instalação sonora com microfone. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **----- 3 – CASA DO POVO DA ABRUNHEIRA – MARATONA BTT “ROTA ---**

##### **----- DO BAIXO MONDEGO”-----**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que a Casa do Povo da Abrunheira tem realizado nos últimos anos a Maratona BTT “Rota do baixo Mondego”, tendo

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

incrementado o número de participantes a cada ano que passa. Este ano, prevêem receber cerca de 420 atletas, oriundos das mais diversas regiões do País.-----

----- Assim, propôs a atribuição de um subsídio no valor de 500€ (quinhentos euros) à Casa do Povo da Abrunheira, para fazer face a despesas com a realização deste evento. -----

----- Propôs ainda a cedência de 420 brochuras e sacos para entregar aos atletas participantes. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara. -----

### **----- 4 – CASA DO POVO DE ABRUNHEIRA -----**

#### **----- - ACTIVIDADE REGULAR 2009/2010-----**

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio à Casa do Povo da Abrunheira, no valor de 6.998,50€ (seis mil novecentos e noventa e oito euros e cinquenta cêntimos), referentes à época 2009/2010 e à sua actividade regular, de acordo com o documento anexo à presente acta sob o número nove. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

### **----- 5 – CENTRO CULTURAL RECREATIVO E DESPORTIVO DE LICEIA-----**

#### **----- - CAMINHADA PELO CORAÇÃO-----**

----- O Presidente da Câmara informou que o Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Liceia vai levar a cabo, no dia 16 de Maio de 2010 a “Caminhada pelo Coração”. Este evento tem o objectivo de lembrar a população da necessidade da prática de actividade física, neste caso a caminhada, para uma melhor qualidade de vida. -----

----- Assim propôs a atribuição de um subsídio ao Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Liceia, no valor de 200€ (duzentos euros), para a compra de t-shirts alusivas ao evento. ----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

### **----- 6 – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL RECREATIVA-----**

#### **----- DE PEREIRA – TORNEIO DE ESCOLINHAS DE FUTEBOL -----**

----- O Presidente da Câmara informou que a Associação Desportiva Cultural Recreativa de Pereira realizou no passado dia 11 de Abril de 2010 um torneio de escolinhas com a participação de 3 equipas e 36 atletas com idades entre os 5 e os 7 anos, onde foram atribuídos prémios colectivos e individuais. -----

----- Assim propôs a atribuição de um subsídio no valor de 210€ (duzentos e dez euros), à Associação Desportiva Cultural Recreativa de Pereira, para fazer face a despesas com os troféus e alimentação dos participantes no Torneio referido.-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 10***

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

-----**VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO**-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas onze horas e quarenta minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

**A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,**

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.<sup>a</sup>